XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: REGULARIDADES E TENDÊNCIAS NA ÁREA

Fernando Augusto Starepravo
Juliano de Souza
Wanderley Marchi Jr.

CEPELS/DEF/UFPR, Faculdade Guairacá, ALESDE

RESUMO

O presente estudo pretende realizar um resgate da produção científica do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer, destacando algumas regularidades e tendências na área. Para tanto, foram consultadas algumas obras que se dedicaram ao estudo da produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer, bem como anais de eventos e periódicos que vinculam a produção da área. Como resultados destaca-se o aumento recente da produção na área, falta de clareza por parte dos agentes dos limites do subcampo, a predominância do marxismo como perspectiva teórica de análise e a necessidade da inserção de outras perspectivas teórico-metodológicas de análise que considerem a contingência dos processos políticas e o protagonismo dos agentes.

Palavras-chave: *produção científica, políticas públicas, esporte e lazer.*

ABSTRACT

This study aims to perform a rescue of scientific subfield of scientific / academic policies of public sport and recreation, highlighting some regularities and trends in the area. Thus, we consulted some works that have studied the scientific literature on policies for sport and recreation as well as conference proceedings and journals that link the production area. The results highlight the recent increase in production in the area, lack of clarity on the part of agents of the limits of the subfield, the predominance of Marxism as a theoretical perspective of the analysis and the inclusion of other theoretical and methodological perspectives of analysis to consider the contingency political processes and role of agents.

Keywords*: scientific production, policy, sport and leisure.*

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo realizar un rescate de un subcampo científico de las políticas científicas y académicas del deporte y la recreación pública, destacando algunas regularidades y tendencias en el

XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

área. Por lo tanto, hemos consultado algunos trabajos que han estudiado la literatura científica sobre las políticas para el deporte y la recreación, así como actas de congresos y revistas que enlazan la zona de producción. Los resultados ponen de manifiesto el reciente aumento de la producción en la zona, la falta de claridad por parte de agentes de los límites del subcampo, el predominio del marxismo como perspectiva teórica del análisis y la inclusión de otras perspectivas teóricas y metodológicas de análisis para examinar la contingencia los procesos políticos y el papel de los agentes.

Palabras clave: *produccion científica, políticas públicas, deporte y ócio.*

INTRODUÇÃO

Um dos temas mais em voga atualmente no campo[1] científico/acadêmico[2] da Educação Física talvez seja o das políticas públicas de esporte e lazer. Isso porque completou-se um ciclo político de oito anos de existência do Ministério do Esporte, e nesse período foram várias as ações desse órgão que motivaram o olhar dos pesquisadores, seja através da criação de uma Rede que apóia diretamente esse lócus de pesquisa (Rede Cedes[3]), pela implementação de políticas públicas ditas inovadoras (Programa Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, entre outros), pela possibilidade dada de participação dos diferentes grupos sociais na formulação dessas políticas (especialmente através das Conferências Nacionais do Esporte), ou ainda pelo Ministério ter "abraçado a causa" da realização de megaeventos esportivos no país (Jogos Panamericanos Rio 2007, Copa do Mundo Fifa de futebol masculino, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão Rio 2016).

Esse interesse crescente em políticas públicas de esporte e lazer por sua vez pode ser observado no progressivo aumento da produção científica sobre o assunto, que vem sendo vinculado especialmente através de livros e artigos científicos em periódicos e anais de congressos da área de educação física, esporte e lazer (AMARAL; PEREIRA, 2009).

[1] Os espaços sociais estudados serão tratados como campos ou subcampos, seguindo a orientação teórica de Pierre Bourdieu (1983).

[2] Estudar a produção científica de uma área requer a investigação do espaço social (campo ou subcampo) onde esta produção está se materializando. No caso brasileiro, pode-se dizer que esse espaço social se estrutura como um campo científico/acadêmico, lócus de relações, tendo como protagonistas agentes, que têm por delegação produzir conhecimento científico. Apesar de Hey (2008) entender o campo como acadêmico, e não científico, uma vez que no Brasil, tem-se mais presente a idéia de academia, com cada área do conhecimento sendo uma espécie de sociedade de caráter científico e com membros próprios, mas que tem um *ethos* comum global, admite-se aqui o campo como indissociavelmente acadêmico e científico, uma vez que a produção é científica e o meio onde é produzida é acadêmico. O campo científico/acadêmico é então entendido como o lócus onde ocorrem práticas institucionalizadas de produção do conhecimento, que envolve sobretudo a idéia de universidade.

[3] O Cedes é uma ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Com estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais e por meio da interlocução com grupos de pesquisa consolidados e/ou em processo de consolidação - vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas -, busca implantar novos grupos de pesquisa e estimular os já existentes a produzir e difundir conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer. Disponível em http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/redeCedes.jsp acesso em 10 de agosto de 2009.

XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

Essa produção, por sua vez, tende a apresentar-se com baixo valor científico (STAREPRAVO, 2007; STAREPRAVO; MEZZADRI, 2007; STAREPRAVO; NUNES; MARCHI JR., 2009), caracterizando uma proliferação horizontal de estudos de caso (MELO, 1999). Segundo Arretche (2003), enquanto os objetos de análise da área de políticas públicas – a ação estatal, o estudo de programas governamentais bem como suas condições de emergência, mecanismos de operação e prováveis impactos – estão bem definidos, as abordagens teóricas e os métodos de investigação têm recebido uma atenção reduzida por parte dos estudiosos. Quando há abordagens teóricas e métodos de investigação definidos nos estudos, a dificuldade consiste em dialogar dados empíricos com os pressupostos teóricos. Outra fragilidade observada é a falta de historicidade nas discussões. Muitas vezes desconsidera-se o histórico de lutas no espaço social pesquisado, como se o fenômeno observado não tivesse se configurado como o resultado de um processo que muitas vezes é desencadeado na longa duração (ELIAS, 2005). São raros ainda os estudos dentro do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer[4] que abordam o "estado da arte" da produção científica na área.

Diante desse quadro brevemente evocado, o presente estudo pretende realizar um resgate da produção científica do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer, destacando algumas regularidades e tendências na área. Para tanto, foram consultadas algumas obras que se dedicaram ao estudo da produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer, bem como anais de eventos e periódicos que vinculam a produção da área.

PERCURSO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

A produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil tem uma história relativamente curta – algo em torno de 25 anos. "Correndo o risco de cometer injustiças com outros autores poderíamos afirmar que esse diálogo foi inaugurado por Eduardo Dias Manhães ao publicar, em 1986, o livro Política de Esporte no Brasil" (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 37).

Linhales e Pereira Filho (1999), quando do estabelecimento do GTT de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), fizeram uma espécie de levantamento sobre as principais perspectivas de análise das políticas públicas de esporte e lazer, tendo como base as publicações posteriores ao citado livro de Manhães (1986). Entendiam os autores naquele momento que, a busca de respostas a questão formulada por Manhães (1986, p. 86) "[...] em que sentido o Estado prioriza seus esforços e por que assim o faz?", vinha delineando o campo de políticas públicas para a comunidade científica envolvida com a Educação Física, esporte e lazer.

> Essa demarcação tem guardado relação com três eixos temáticos orientadores da investigação: a necessidade da denúncia, a necessidade de intervenção como estratégia de democratização das relações Estado/Sociedade e, por fim, a necessidade de construção da idéia de direito de cidadania como fundamento nas demandas sociais apresentadas pelos movimentos social, sindical e político-partidário (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 39).

[4] Cada área no interior do campo científico/acadêmico pode ser entendida como um subcampo científico/acadêmico, onde as especificidades da área delimitam o espaço social de atuação dos agentes a ela vinculados. Nesse caso, o interesse pela pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer delimita o subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer.

Dentro do primeiro eixo, os autores destacam a "necessidade de revelar os equívocos e contradições que se apresentam na ação do poder público no Brasil" (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 39), como práticas populistas e clientelistas baseadas em barganhas eleitorais, assim como as gestões públicas personalistas, centralizadoras e autoritárias, que inviabilizam a democratização dos bens e serviços públicos. Em determinados contextos, observa-se ainda opções políticas traduzidas em planificações tecnocráticas distanciadas da realidade social, ou ausência total de planejamento, ancoradas nos princípios de elitização, seleção e exclusão. O quadro levantado ainda apresentava processos de privatização de espaços, bens e recursos públicos (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999). Dar visibilidade a tais processos foi uma necessidade, concretizada através de autores como Cavalcanti (1984), Manhães (1986), Castellani Filho (1988, 1990 e 1998), Bracht (1989, 1990), Betti (1991) e Linhales (1996, 1997), todos estes citado por Linhales e Pereira Filho (1999).

As políticas públicas de esporte e lazer, desenvolvidas antes e/ou durante a crítica dos autores, especialmente durante o regime militar (1964-1985), tinham como base o esporte de alto rendimento e competição, bem como finalidades funcionalistas de ocupação do tempo livre na área de lazer, abrindo espaço para práticas de cunho assistencialista e de estratificação das práticas de atividades físicas (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999). Entendiam os autores que estas políticas tinham como objetivo a desmobilização da organização popular (GHIRALDELLI JR., 1991), bem como a recomposição da força de trabalho e o controle da corporeidade da classe trabalhadora durante seu tempo livre (MARCELLINO, 1990).

O processo de redemocratização do país e a contemplação do esporte e do lazer como direitos sociais na Constituição Federal de 1988, evidenciou a necessidade de buscar alternativas mais democratizantes para a ação do poder público no setor. "Tais construções não têm sido simples, mas constituem um segundo eixo orientador da produção de conhecimento no campo das políticas públicas" (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 41). Estudos, projetos e programas públicos ganhavam, naquele momento, destaque como possibilidades de democratização do setor esportivo e de lazer. Linhales e Pereira Filho (1999) apontaram que ao passo que o debate relativo às alternativas que se apresentam para a formulação, adoção e avaliação de políticas forem alcançando legitimidade pública e acadêmica, ganhará em qualidade o diálogo entre pesquisadores e gestores, o que contribuiria ao processo de democratização e re-significação da educação física, esporte e lazer[5].

Já o terceiro eixo temático organizador da produção acadêmica diz respeito, segundo os autores, a construção da idéia de direito social relacionado ao esporte e lazer. Estas são práticas historicamente construídas e capazes de se legitimarem como direitos sociais. Este tipo de debate estaria contido, a título de exemplificação, nas revistas Motrivivência (nº 11, 1998), e na Revista Licere (nº 2, 1999). As políticas sociais deveriam ser consideradas em face a sua capacidade de irem de encontro às desigualdades, desconcentrando renda e poder, assumindo uma postura de prevenção, redistribuição, emancipação e proporcionando igualdade de oportunidades (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999).

Para Linhales e Pereira Filho (1999), os pesquisadores deveriam discutir as relações existentes entre as políticas públicas e sua capacidade de contribuir para o processo de organização das classes populares, com o intuito de romper com a condição de pré-cidadão[6], cidadania tutelada[7], e cidadania de

[5] O que infelizmente praticamente não vem ocorrendo até hoje.
[6] Condição a que foram submetidas a população rural e a maioria urbana, tendo em vista sua não vinculação às categorias profissionais regulamentadas pelo Estado Novo (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999).

sobrevivência[8], com o objetivo de alcançar a cidadania emancipada ou cidadania da modernidade[9]. Percebe-se aqui uma nítida aproximação da proposta de um pesquisador propositivo, militante das questões sociais, e não apenas um agente que discute a produção de políticas públicas.

> Considerar a Educação Física, o Esporte e o Lazer como políticas sociais implica em relacioná-los à questão da cidadania. A nosso ver, este é um princípio orientador das ações políticas e das opções teórico-metodológicas para o setor. Os dilemas e pressões presentes no cenário político brasileiro convidam-nos a um posicionamento que seja capaz de levar em consideração os movimentos sociais, as demandas e organizações populares e ainda os significativos projetos setoriais que emergem e se fortalecem na ação pública de partidos políticos comprometidos com a realização dos direitos de cidadania. (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 45-6).

Linhales e Pereira Filho (1999) concluem o texto deixando claro que os três eixos apresentados evidenciam a necessidade da organização e produção de conhecimento como estratégias de intervenção e como possibilidade de qualificação das mudanças consideradas essenciais.

Outro grupo de pesquisadores que se dedicou a estudar a produção científica da área de políticas públicas de esporte e lazer foi o grupo do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC/USCS, sob coordenação de Edson Marcelo Húngaro. Motivados pelo desconhecimento sobre a produção da Educação Física a respeito da temática, resolveram realizar um estudo do "estado da arte" sobre políticas sociais de educação física, esporte e lazer.

Tendo em vista o protagonismo do CBCE no debate acadêmico da área e, mais especificamente, em virtude da existência, dentro desse Colégio, de um GTT de Políticas Públicas, resolveram priorizar as comunicações científicas apresentadas nos congressos por ele organizados: os Conbraces (HÚNGARO et al, 2009).

Foram considerados na referida análise os trabalhos apresentados no GTT de Políticas Públicas em forma de comunicação oral, no 10º, 11º, 12º, 13º e 14º Conbraces, realizados nos anos de 1997 (Goiânia, GO), 1999 (Florianópolis, SC), 2001 (Caxambu, MG), 2003 (Caxambu, MG) e 2005 (Porto Alegre, RS), respectivamente.

Analisando oitenta e nove (89) trabalhos apresentados nos eventos, os autores traçaram algumas considerações acerca dos investigadores/pesquisadores que participam do GTT. Em relação à titulação de seus membros, dizem ser significativo o número de graduados e pesquisadores discentes que participam como autores no GTT, muitas vezes associados aos seus professores, no processo de iniciação científica. Outro dado relevante é o reduzido número de autores com título de mestres e doutores. Somados os doutores aos mestres, apenas em 2003, eles foram, ao menos, 50% dos autores que apresentaram trabalhos. Em todos os outros Conbraces, a somatória dos titulados foi inferior a metade dos autores/pesquisadores (HÚNGARO et al, 2009).

TABELA 1 – TITULAÇÃO DOS PESQUISADORES DO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

[7] Tipo de cidadania cultivada pelas elites político-econômicas por meio de práticas clientelistas e paternalistas (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999).

[8] Aquela a que estão submetidas as camadas populares, fazendo com que estas desenvolvam constantes mobilizações a fim de garantir seus direitos básicos. (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999).

[9] A cidadania emancipada e a cidadania da modernidade caminham na direção de superação da pobreza política, com alteração da distribuição de dinheiro público em prol das classes trabalhadoras e conseqüente combate ao acumulo de capitais, proporcionando assim a garantia de padrões básicos de sobrevivência. (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999).

Titulação	1997	1999	2001	2003	2005
Grad. + PD	24	12	24	9	10
Especialista	5	5	2	-	-
Mestre	8	10	10	7	7
Doutor	2	-	3	5	2
Total	**39**	**27**	**39**	**19**	**19**

Grad. – Graduandos e/ou graduados e PD – Pesquisador Discente
FONTE: HÚNGARO ET AL (2009).

No que diz respeito aos trabalhos, destaca-se o significativo número de produções do tipo relato de experiência, que, geralmente, explicitam a experiência de governo dos autores e, quase sempre, demonstram os êxitos da experiência. Guardam pouco valor científico, já que normalmente são realizadas sem o necessário afastamento, tão caro a investigação científica[10]. De 1997 a 2003, sempre compuseram, ao menos, 20% dos trabalhos apresentados, refletindo do ponto de vista dos autores, também, certa imaturidade acadêmica no GTT (HÚNGARO et al, 2009).

Quanto às temáticas abordadas, enfatiza-se o grande número de trabalhos que discutem a educação física nos espaços formal e não-formal, em detrimento as discussões do esporte e lazer, conforme tabela 2:

TABELA 2 – TEMÁTICAS ABORDADAS NOS TRABALHOS DO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Temáticas	1997	1999	2001	2003	2005	Total
Esporte	4	3	1	4	3	15
Lazer	1	3	5	1	3	13
Ed. Física	16	11	8	7	5	47
Esporte/Lazer	3	2	2	3	2	12
Ativ. Fis./Saúde	-	-	-	1	1	2
Total	**24**	**19**	**16**	**16**	**14**	**89**

FONTE: HÚNGARO ET AL (2009).

Observando o total de trabalhos apresentados no GTT de Políticas Públicas no decorrer das edições do Conbrace, observa-se um decréscimo progressivo. Além disso, segundo Húngaro et al (2009), as pesquisas apresentadas concentram-se nas regiões Sul e Sudeste do país, bem como no estado de Pernambuco.

Por fim, a análise quantitativa da produção apontou a freqüência de algumas temáticas que orientaram os interesses investigativos dos pesquisadores do GTT, merecendo destaque: democracia popular/participativa; cidadania; gestão democrática/controle social; cultura corporal; controle social e orçamento participativo; política educacional (HÚNGARO et al, 2009).

Passando a uma análise mais qualitativa, o balanço de Húngaro et al (2009), confrontado com a ementa do GTT, e os desafios postos por Linhales e Pereira Filho (1999) para consolidação do grupo, de,

> [...] demarcar esse campo temático [o das políticas públicas] como área de produção e socialização de conhecimento que se apresenta como necessária e legítima ao processo maior de organização científica a que o colégio se propõe. Ao mesmo tempo torna-se necessário construir uma competência acadêmica que, indissociada de uma competência política, seja capaz de qualificar o

[10] Assim como observado por Melo (1999) na análise das pesquisas sobre políticas públicas no cômputo geral.

> saber produzido e as possibilidades de intervenção na realidade social e política daí decorrentes. (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 37)

Aponta que: 1) o campo das políticas públicas, dentro do CBCE, já está demarcado como área de produção e socialização de conhecimento; 2) nesse espaço vem se construindo uma competência acadêmica capaz de qualificar o saber produzido e as possibilidades de intervenção na realidade social; 3) houve a demarcação de um campo investigativo articulado à necessidade de denúncia, da intervenção como estratégia de democratização do Estado e com um forte compromisso com a construção da idéia de cidadania vinculada aos movimentos sociais; 4) fruto de suas vinculações diretas e indiretas com o chamado "campo democrático-popular" e das circunstâncias sócio-históricas que marcaram sua gênese e seu desenvolvimento, a produção do GTT continua articulada com a demarcação de seu campo, a partir dos eixos supramencionados; 5) fruto da vitória eleitoral do chamado campo democrático-popular nas eleições presidenciais, o GTT foi estimulado em sua produção e convidado a participar efetivamente nas estratégias de intervenção a fim de democratizar o Estado e deu respostas satisfatórias (veja-se a participação efetiva junto ao ME, especialmente junto à SNDEL); 6) os "espaços abertos" nos programas de mestrado e doutorado para a qualificação da produção acadêmica recente. Indubitavelmente, o GTT teve uma participação efetiva (embora indireta) nesse processo (HÚNGARO et al, 2009).

Os autores afirmam categoricamente que a consolidação do GTT em uma década foi indiscutível. Por outro lado, os argumentos parecem-nos um pouco frágeis para demarcar essa posição. A vinculação ao "campo democrático-popular", que garantiu alguns espaços na gestão pública, por si só não garante o amadurecimento e consolidação do GTT, tampouco que o GTT esteja contribuindo para a democratização do Estado, bem como não existem dados concretos que relacionem o GTT à qualificação nos programas de mestrado e doutorado, uma vez que os números indicam baixa participação de mestres e doutores no GTT. A baixa participação de mestres e doutores pode ser reflexo do pequeno número de agentes dotados do capital cultural institucionalizado interessado na temática, ou ainda pela pequena importância atribuída pelos agentes à participação em eventos científicos, reflexo dos critérios oficiais de avaliação da produção científica nacional.

De toda forma, Húngaro et al (2009) apontam algumas contradições a partir da análise da produção do GTT. A primeira delas estaria relacionada ao fato de que muitos estudos apresentavam uma pobreza categorial, fruto da ausência da cadeira Política Social nas formações em Educação Física, bem como uma tendência da área ao pragmático, com certa hostilidade pela teoria, em virtude, inclusive, da superficial compreensão da relação teoria/prática. Outra contradição diz respeito à ausência de "estudos de fundamentos", expresso na pobreza categorial presente nos trabalhos avaliados, alimentando certo ecletismo, muitas vezes, travestido de "enfoque multidisciplinar". Como conseqüência da pobreza categorial, muitos dos estudos analisados eram de natureza descritiva e operacional – e não só nos relatos de experiência.

Constatou-se quase completa ausência de estudos sobre metodologia de avaliação de políticas sociais. Houve ainda uma excessiva subordinação da produção às práticas governamentais conjunturais – talvez, pela vinculação com a Rede Cedes associada à "natureza militante" desse GTT; ausência de estudos comparativos e que extrapolassem o âmbito local/nacional[11]; número excessivo de trabalhos que

[11] Não houve, por exemplo, um estudo sequer que tivesse a América do Sul como objeto de análise. Em analise dos Conbraces que sucederam a análise de Húngaro et al (2009) pudemos observar algumas iniciativas de pesquisas comparativas entre países distintos, reconhecidamente a de Milito et al (2007) e Ferreira (2007).

não percebem a articulação entre a produção e reprodução social e, por isso, apostam na política social para o combate à desigualdade.

Como conseqüência dessa suposta ausência de conhecimento sobre a articulação entre produção e reprodução social, em muitos trabalhos a política social estaria reduzida à vontade política dos sujeitos, à regulação dos conflitos e à busca de legitimação e de consensos – ou seja, a produção do GTT é marcada pelo *Politicismo*. Fruto dessa marca politicista, há uma ausência quase que absoluta de estudos sobre o financiamento[12] (HÚNGARO et al, 2009).

Observou-se em Húngaro et al (2009) também certo *Politicismo*, uma vez que as críticas foram chamadas de contradições, com adoção de considerações gerais, sem apontar, contudo, onde as inconsistências se apresentam. Isso também pode indicar imaturidade do próprio GTT, que nominalmente talvez não tivesse o discernimento de acolher as críticas.

Como novas tarefas ao GTT de Políticas Públicas do CBCE, em alusão aos desafios colocados uma década antes por Linhales e Pereira Filho (1999), e tendo como objetivo retomar o processo de "intenção de ruptura", alinhando-o com um projeto de emancipação humana – de superação, portanto, das relações burguesas de produção – Húngaro et al (2009) propõe:

> - Qualificar a idéia de cidadania e o caráter tático importante de sua defesa – como manutenção e ampliação dos patamares de civilidade.
> - Aprofundar a nossa compreensão sobre o Estado no capitalismo maduro – inclusive para verificarmos se é adequado o interpretarmos como um "Estado Ampliado";
> - Estudar a articulação público/privado ou Estado/Sociedade Civil;
> - Induzir estudos que tratem da questão orçamentária, inclusive para estabelecermos uma recusa ao conceito de escassez;
> - E, por fim, cuidar para que o GTT tenha "vida depois do CONBRACE", pois o enfrentamento das questões postas exige que nos articulemos em redes de pesquisa. O fortalecimento da Rede Cedes poderá, certamente, ser um excelente caminho para essa articulação (HÚNGARO et al, 2009, p. 23).

A terceira e última obra dedicada a refletir sobre a produção relativa às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil que será utilizada é a de Amaral e Pereira (2009). No artigo, buscou-se analisar a produção sobre o tema nos últimos dez anos (1999 a 2009), a partir da análise das revistas Movimento, RBCE e Motrivivência, além do GTT de Políticas Públicas no Conbrace, analisando um total de 159 artigos. A problemática girou em torno das questões:

> [...] os artigos sobre políticas públicas na área podem ser caracterizados como pesquisas científicas? Quais dimensões da política predominam nos artigos sobre políticas públicas em educação física, esporte e lazer selecionadas para este estudo? (AMARAL; PEREIRA, 2009, p. 43)

Analisando inicialmente o trato metodológico dispensado à pesquisa em cada artigo, Amaral e Pereira (2009) delinearam o seguinte panorama:

TABELA 3 – ANÁLISE DOS ARTIGOS QUANTO À ADEQUAÇÃO A PESQUISA

Revista	Total de Artigos	Não encontrada referência a pesquisa	Pesquisa

[12] O trabalho de Veronez (2007) nesse sentido é o primeiro no GTT de Políticas Públicas a debater tal tema.

RBCE	19	1	18
Movimento	11	0	11
Motrivivência	10	2	8
Conbrace	119	21	98
Total	**159**	**24**	**135**

FONTE: AMARAL e PEREIRA (2009).

De um total de 159 artigos, Amaral e Pereira (2009) apontaram 24 artigos que não seriam fruto de investigação, em sua maioria publicada há mais de cinco anos, mas que coloca em cheque a cientificidade da área.

Quanto às opções metodológicas, verificou-se um grande número de estudos teóricos que, em geral, dialogam com referências de outras áreas para analisar idealmente como são as políticas públicas, e como elas poderiam ser. Há vários estudos que se autodenominam históricos, ou seja, que se fundamentam na interpretação de fatos sociais do passado, contudo, seu trato sugestiona mais resgates de memória, que concentram seus propósitos em materializar o passado, sem uma preocupação analítica. Outros estudos, que analisaram políticas implementadas, o fizeram pela análise descritiva, com métodos como: entrevistas, questionários, observações, análise documental. Poucos são os estudos etnográficos e de pesquisa-ação (AMARAL; PEREIRA, 2009).

Quanto às dimensões políticas discutidas nos trabalhos analisados, observou-se o seguinte quadro:

TABELA 4 – ANÁLISE DOS ARTIGOS QUANTO À DIMENSÃO POLÍTICA PESQUISADA

Dimensão Política[13]	**Título**	**Conteúdo**
Normativa e conceitual	35	53
Arena política	5	6
Política governamental	81	56
Não identificados	38	44

FONTE: AMARAL e PEREIRA (2009).

Constatou-se que a maioria deles se ancora na dimensão conceitual da política e na implementação da política governamental, com pouca atenção a dimensão arena política. Amaral e Pereira (2009) destacam ainda que os trabalhos apresentados em temáticas de políticas públicas por vezes não contemplam essa linha de estudos, o que suscita uma dificuldade dos autores da área quanto à identificação ou discernimento das dimensões políticas abordadas, bem como há uma confusão conceitual dos pareceristas em estabelecer um limite para essa subdisciplina. Há, por exemplo, artigos que tratam de representações simbólicas e violência no/e do esporte, a relação da cultura com a representação social, contudo sem perpassar pelo debate da política.

Amaral e Pereira (2009) verificam carências de pesquisas sobre normas e legislações; políticas de Estado; o entrelaçamento de duas dimensões da política; estudos sobre o papel dos agentes das políticas; sobre diferentes tipos de gestão administrativa; micropolítica; e, avaliação de efetividade e impacto das políticas. A expectativa das autoras é de que "a micropolítica, os sujeitos do processo, uma análise comparativa de políticas implementadas em diferentes regiões e/ou cidades brasileiras ganhem espaço na agenda de pesquisa da área" (AMARAL; PEREIRA, 2009, p. 52).

[13] Sumariamente, a primeira dimensão política diz respeito às instituições políticas; a segunda, os processos políticos; e a última os conteúdos da política.

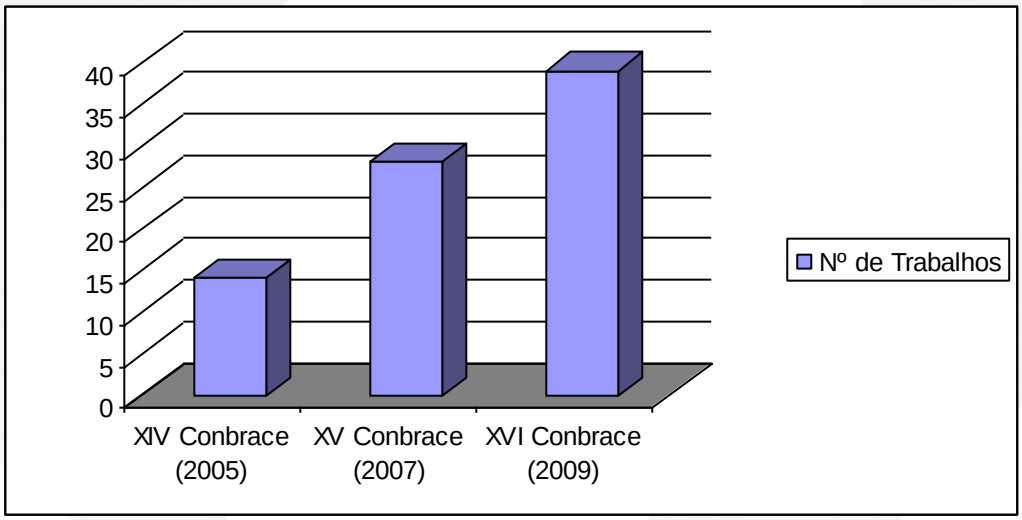
XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos do tipo "estado da arte" sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil são escassos, haja vista até mesmo a jovialidade da área, ainda em processo de consolidação. De qualquer forma, esses trabalhos nos dão um panorama das potencialidades e fragilidades da área, resgatando em parte a história da constituição do subcampo científico/acadêmico que tem por objeto de estudo as políticas públicas de esporte e lazer.

Uma década depois de Linhales e Pereira Filho (1999) realizarem seu balanço, Húngaro et al (2009) e Amaral e Pereira (2009) demonstraram parte da evolução da produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer. No caso do GTT de Políticas Públicas do CBCE nos Conbraces, apesar de Húngaro et al (2009) ter apontado um decréscimo no número de trabalhos apresentados no GTT, um levantamento por nós realizado nas últimas três edições do evento (2005, 2007 e 2009) apontou uma retomada nas produções, com forte crescimento do número de trabalhos no GTT, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE TRABALHOS APRESENTADOS NO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ÚLTIMOS CONBRACES



FONTE: O AUTOR

Esse aumento estaria diretamente relacionado ao fomento da produção proporcionado pela Rede Cedes, uma vez que a maioria dos trabalhos é proveniente de núcleos participantes de tal rede. Além disso, apesar de Húngaro et al (2009) e Amaral e Pereira (2009) apontarem lacunas em termos de temas de pesquisa, não nos arriscaremos nesse sentido, uma vez que o subcampo, que passa por um processo de consolidação, não tem ainda estabelecida uma agenda de pesquisa[14] que oriente os temas relevantes a

[14] Entendendo o termo como "um programa de trabalho que define uma comunidade científica" (REIS, 2003, p. 12).

serem estudados. Todavia, deve-se haver um policiamento no sentido de não subordinar essa agenda à prática políticas conjunturais[15] ou vínculos pontuais com órgãos governamentais.

Outra limitação importante apontada por Amaral e Pereira (2009), por nós corroborada, é a de que autores e pareceristas não têm claro os limites do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer. Nesse sentido, trabalhos que nem sequer fazem menção às políticas públicas por vezes são publicados em anais de eventos e periódicos como sendo reflexões da área. Como último ponto a ser destacado, e que não foi mencionado pelas pesquisas que consultamos é o fato de que a perspectiva teórica predominante nos trabalhos produzidos no subcampo é o marxismo. Apesar de sua inegável contribuição às discussões sobre políticas públicas, visualizamos a necessidade de agregar outras perspectivas teórico-metodológicas de análise que, em contraposição ao marxismo, possibilitem análises que fogem de análises deterministas e holísticas, bem como de análises atomistas, análises de nível intermediário que consideram a contingência dos processos políticos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. C. F; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, n. 1. Campinas: Autores Associados, 2009.

ARRETCHE, M. T. S. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, fev. 2003, vol. 18, nº 51, p. 07-10.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Edições 70, 2005.

FERREIRA, R. L. Políticas para o esporte de alto rendimento – estudo comparativo de alguns sistemas esportivos nacionais visando um contributo para o Brasil. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007.

GHIRALDELLI JR., P. **Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira**. São Paulo: Loyola, 1991.

HEY, A. P. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: A educação superior no Brasil**. São Carlos – SP: EdUFSCar, 2008.

HÚNGARO, E. M.; OLIVEIRA, B. A. de ; CUSTÓDIO, M. L.; DAMASCENO, L. G. Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. *In*:

[15] Observa-se recentemente um grande número de trabalhos destinados à avaliação dos programas federais Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade e Estatuto do Torcedor.

HÚNGARO, E. M.; SOUSA, W. L. L. de (Org.). **Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. Santo André: Alpharrabio, 2009, p. 93-124.

http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/redeCedes.jsp acesso em 10 de agosto de 2009.

LICERE – **Revista Licere** / Universidade Federal de Minas Gerais, v. 2, n. 1, 1999.

LINHALES, M. A.; PEREIRA FILHO, J. R. Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o esporte e o lazer nas políticas públicas. *In*: GOELLNER, S. V. **Educação Física / Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

MANHÃES, E. D. **Políticas de esportes no Brasil**. 1ª edição – Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. [vol. 3: Ciência política], São Paulo/Brasília: Sumaré/Anpocs/Capes, 1999, p. 59-100.

MILITO, A. et al. Relações entre os estados latino-americanos e o fenômeno esportivo. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007.

MOTRIVIVÊNCIA – **Revista Motrivivência** / Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física, Centro de Desportos. Ano X, n. 11, setembro de 1998.

STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007.

STAREPRAVO, F.; MEZZADRI, F. M. Algumas contribuições de Pierre Bourdieu e Norbert Elias à discussão de políticas públicas para o esporte e lazer. In: **Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador**. Campinas, 2007.

STAREPRAVO, F. A.; NUNES, R. J. S.; MARCHI JR., W. Agenda de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do GTT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. *In*: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

VERONEZ, L. F. O planejamento governamental e o orçamento do setor esportivo. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007.

Autor principal:
FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO
Rua Pedro Huk, 46 Bairro Uberaba
CEP 81550-230 Curitiba – PR
e-mail: fernando.starepravo@hotmail.com
Recurso tecnológico: Datashow (Comunicação Oral)